

Breve consideração sobre o problema da tese da aprioridade do espaço e do tempo

Prof. Dr. Juan A. Bonaccini

(UFRN/UFPB)

Em outro trabalho recente¹ foi feito um exame pormenorizado das razões apresentadas por Kant em favor da chamada tese da incognoscibilidade das coisas em si (TI), a qual, como se sabe, constitui a espinha dorsal do Idealismo Transcendental². Argumentou-se, dentre outras coisas, que a referida tese é justificada inicialmente na Estética Transcendental da *Crítica da Razão Pura*³ como uma consequência de outra, a saber, a tese da não-espácio-temporalidade das coisas em si (TNET)⁴. Isto implica dizer, por outras palavras, não somente que o conceito de coisa em si é derivado negativamente do conceito de fenômeno, mas ainda que a força da demonstração repousa na força da tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo (TIT): se espaço e tempo *não* fossem transcendentemente ideais, ou seja, se não fossem intuições puras perfazendo a forma da nossa sensibilidade, eles poderiam tanto ser conceitos gerais relativos às coisas em si, expressando as relações que elas mantêm entre si (Leibniz), quanto coisas reais em si ou propriedades das mesmas (Clar-

¹ Bonaccini, (1997). Vide também (1998).

² Ibidem (1997), Segunda Parte, Cap. 1. Cf. Paton (1951: II, 462), Strawson (1966: 21ss,38ss) Buroker (1991: 315), Allison (1983: 3-16).

³ Kant (1976).

⁴ Bonaccini (1997: 177-8,205n5) e (1998). Autores como Allison (1983: 102-03,112/237-241), Baum (1991:72ss), Buroker, (1981: 99-100), Frangiotti (1994:141ss), Meerbote (1974: 169ss) e Rogerson (1993: 3) concordam em seu sentido eminentemente negativo.

ke/Newton)⁵; nesse caso, porém, não se poderia defender a TNET com sucesso, posto que ela pressupõe por sua vez a TIT: as coisas não poderiam ser nem espaciais nem temporais em si mesmas (TNET), *porque* espaço e tempo são *formas puras da intuição e condições subjetivas da nossa sensibilidade* (TIT). Se a TIT e TNET valem, *então* não podemos conhecer as coisas em si, reza o argumento, dado que *unicamente* podemos conhecer qualquer coisa *sob* as condições do espaço e tempo e as coisas em si são as coisas consideradas *em abstração* dessas condições (TI)⁶. Donde se pode depreender que a TIT aparece como uma *alternativa* que supõe por sua vez ter demonstrado o fracasso das teses apresentadas por newtonianos e leibnizianos acerca do estatuto espaço e do tempo⁷. Assim, se esse “fracasso” não ocorresse, não seria forçoso que espaço e tempo fossem intuições puras perfazendo a forma da nossa sensibilidade, pois qualquer fraqueza na força da TIT redundaria em não poder derivar-se TNET, nem a TI desta última, e então o Idealismo Transcendental ruiria⁸. O argumento explorado naquele trabalho (Bonaccini, 1997) deixava isso claro ao mostrar que *uma* das inferências que Kant efetua para demonstrar a TIT compromete toda a demonstração⁹.

A questão que se coloca não é de pouca monta: com as razões que oferece para dar sustento à TIT Kant pretende argumentar com sucesso contra as concepções do espaço e do tempo de Leibniz e Newton. Mas se não fosse bem-sucedido seria incapaz de demonstrá-la. Impro-se-ia assim, aparentemente, mais uma conseqüência: *seria perfeitamente possível*, pelo menos em princípio, *que a concepção de espaço e tempo de Newton ou de Leibniz (ou mesmo outra concepção alternativa à de Kant), pudesse ser sustentada sem ter de pagar o ônus cobrado pelo Idealismo Transcendental*. Seria possível admitir então não somente que em algum sentido podemos conhecer coisas consideradas em si mesmas, independente das condições subjetivas que perfazem a estrutura da nossa percepção, mas ainda e sobretudo: que espaço e tempo não são meras condições formais ou epistêmicas da sensibilidade.

É justamente por isso que o argumento segundo o qual Kant não argumentou com sucesso contra Leibniz e Newton em favor de TIT

deveria ser aprofundado¹⁰. Aqui, entretanto, só se pode apresentar um sumário do mesmo.

De início cabe indagar: o que é afirmado pela tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo? Que espaço e tempo não podem ser coisas em si nem suas propriedades, nem tampouco conceitos gerais acerca de suas relações, porque são intuições a priori que exprimem a forma pura da nossa sensibilidade e operam como condições necessárias da possibilidade dos sentidos (externo e interno), servindo por isso de fundamento a certos conhecimentos sintéticos a priori. Essa tese é defendida por Kant sobretudo na Exposição Transcendental, que pressupõe notoriamente a validade dos resultados da Exposição Metafísica. Ora, o

5 Cf. Kant (1976: A23/B37-8); Leibniz (1979: 174ss, 187ss, 193ss); Newton (1966: I, 6) e (1979: 8-13). Allison mantém uma interpretação diferente, em franca polêmica com Paton (1983: 81ss).

6 Assim Allison (1983: 241) e Prauss (1989: 34ss).

7 Isso fica claro não somente pelas alusões de Kant na Estética Transcendental (p. ex. em A23/B37-8; A26-7/B42-3; A30-1/B46-7; A32-3/B49; A44/B61-2; B71-2, etc.), mas pelas objeções que alguns autores, tanto contemporâneos de Kant como hodiernos ergueram, dentre as quais é famosa a chamada da “dritte Möglichkeit” ou “dritte Alternative” (H. A. Pistorius, J. Maass, A. Trendelenburg, etc.), hoje conhecida como o problema da “neglected alternative”. Sobre este último aspecto vide: Allison (1983: 81ss, 111ss); Baum (1994: 63ss); Bonaccini (1997: 179-188); Buroker (1981: 93ss) e (1991: 315-39); Guyer (1993: 362ss); Vaihinger (1922: II, 132, 134ss, 143ss, 290-326); Falkenstein (1989: 267ss).

8 Bonaccini (1997: 171-197). Uma apresentação sumária desta linha de argumentação encontra-se em Bonaccini, 1998. A ordem das razões no argumento kantiano segue uma estratégia que consiste numa série de teses que são provadas dedutivamente a partir de uma primeira, que é precisamente a tese da aprioridade. A seqüência das teses é a seguinte: aprioridade; singularidade; idealidade; não-espácio-temporalidade e incognoscibilidade das coisas consideradas nelas mesmas.

9 No “II Congresso Kant” (Itatiaia, RJ, dez/97) o Prof. H. Allison (Boston University) ergueu três objeções contra a versão deste argumento que foi lá apresentada (Bonaccini, 1998): a) não foi discutido o passo 1. da Exposição Metafísica do espaço e do tempo; b) Kant não precisaria provar que as alternativas de Leibniz e Newton são contraditórias, como fora alegado em 1998; c) o que significa ‘transcendentalmente’ senão “sob condição de?”, e se não é isso justamente o que é provado pelos passos 1. e 2. da Exp. Metafísica. Duas – (a) e (c) – já foram previstas de algum modo e respondidas (uma no próprio 1998, e ambas em Bonaccini, 1997). A outra – (b) – não parece invalidar o argumento, mas sua formulação em 1998, e por isso merece uma resposta mais aprofundada, que pretendemos oferecer aqui. Cf. a nota 20. Veja-se ainda Bonaccini (2000).

10 Considera-se metodologicamente, *em princípio*, que as teses pesadas por Kant nas exposições metafísica e transcendental são fiéis aos argumentos dos newtonianos e dos leibnizianos, e que as teses destes últimos são por sua vez fiéis a Newton e a Leibniz.

que prova para Kant esta última? Que espaço e tempo são intuições puras a priori (mas não intelectuais). Se ela o provar, Kant terá *subsídios* para dizer que essas intuições são as formas puras da sensibilidade que permitem fundamentar a possibilidade de certos conhecimentos sintéticos a priori, como p. ex. na Geometria. Como se vê, todo o argumento que serve de base à TIT vai ser decidido na Exposição Metafísica.

Tanto na Exposição Metafísica do espaço como na do tempo, apesar de suas diferenças entre si¹¹, o argumento pode ser resumido em duas teses fundamentais: a da aprioridade (TA) e a da singularidade (TS). Cada uma destas teses funciona simultaneamente como um contra-argumento face aos opositores de Kant e como premissa do argumento que sustenta a TIT. Com efeito, a TA quer demonstrar que espaço e tempo não são conceitos *empíricos* concernentes a coisas reais nem suas propriedades são abstraídas da experiência (posição análoga à de Newton/Clarke)¹²,

11 Faz-se referência aqui principalmente à ed. B. Sobre as diferenças entre as ed. A e B, bem como sobre as diferenças entre a exposição metafísica do espaço e a exposição metafísica do tempo, vide Bonaccini (1997: 171-78, 181-197).

12 Kant (1976: A23/B38), Newton (1966), Leibniz (1979: 176-185). Ainda que este ponto possa parecer controverso (sobre isso Vaihinger, 1922: II, 156ss, 368ss., 414ss.), há indícios de que Kant poderia ter compreendido Newton dessa forma a partir de certas afirmações dos *Principia* e não somente via Clarke. Veja-se por exemplo o “Scholium” da oitava definição (VIII): “I. Absolute, true, and mathematical time, of itself, and from its own nature, flows equably without relation to anything external, and (...) is called duration (...): relative, apparent, and common time, is something sensible and external (whether accurate or unequal) measure of duration by the means of motion (...). (...) II. Absolute space, in its own nature, without relation to anything external, remains always similar and immovable. Relative space is some movable dimension or measure of the absolute spaces; which our senses determine by its position to bodies (...).” (Newton, 1966: 6). Em ambos os casos as passagens sugerem que podemos observar algo que é dito relativo e inferir ou abstrair a partir deste o que não pode ser observado, o que é dito absoluto. Veja-se ainda o comentário de F. Cajori (Newton, 1966, *Appendix*, p. 639s). Cf. a Terceira e a Quarta Réplicas de Clarke a Leibniz (Leibniz, 1979: 179ss., 187ss) e Broad (1981: 158-161). Isto não exclui que Kant *também* pudesse ter por alvo Locke ou Hume, já que o ataque dirige-se a uma tese empirista, e não leibniziana, como pensaram Caird, Vaihinger, Cohen, Erdmann (Vaihinger, 1922: II, 156s.), e mais recentemente Allison (1983: 84). As explicações de Kant no § 7 da Estética, à luz das questões colocadas em B37 mostram que aqui a discussão é com Leibniz e Newton, e não só com Leibniz, como parece defender Allison. Se a discussão é com ambos, e se os passos que discutem a TS são claramente contra os leibnizianos, os passos 1. e 2. só podem ser contra Newton e os newtonianos.

mas *representações necessárias a priori*; e a TS quer demonstrar que, se bem que espaço e tempo sejam representações a priori, todavia não são *conceitos* discursivos ou universais acerca das relações entre as coisas (posição análoga à Leibniz¹³), mas *intuições* puras a priori. Assim, se é lícito dizer que todo o argumento se decide na Exposição Metafísica, também é lícito dizer que o seu nervo está na TA. Posto que mesmo na hipótese de que a alegação que suporta a TS fosse válida, a TS seria *insuficiente* para provar que espaço e tempo são intuições *a priori*. Porque supondo que a TS fosse um bom argumento para provar que não são conceitos por serem representações singulares¹⁴, e portanto intuições, sempre se poderia alegar com toda razão que *sem a TA estas intuições bem poderiam ser empiricamente dadas ou abstraídas da experiência*. Isso seria suficiente para que a TIT não se sustentasse. Cabe portanto examinar brevemente a TA¹⁵.

Kant sustenta a TA com duas alegações (1. e 2.)¹⁶: 1) espaço e tempo não poderiam ser conceitos empíricos abstraídos da experiência das coisas porque sempre devemos pressupô-los de antemão para fazer a

13 Leibniz, Terceira Carta a Clarke, §§4-6 (1979: 176-7), Quinta Carta a Clarke, §§ 26ss (Ibidem, p. 197ss). Sobretudo o § 47 (Ibid., p. 201).

14 Nos passos 3. e 4. do espaço e 4. e 5. do tempo. Vale lembrar que para Kant conceitos não são representações singulares, mas universais. Vide a *Logik* (Jäsche) (Kant, 1982: VI, 521). Cf. Allison (1983: 90ss) e Frangiotti (1994: 141-44).

15 O Prof. Guido de Almeida levantou uma objeção contra este argumento na VIII Semana de Filosofia (Natal, UFRN, 23 a 27 de novembro de 1998), quando uma primeira versão do presente trabalho fora apresentada pela primeira vez: poderíamos resolver as dificuldades levantadas pela presente análise se admitíssemos que Kant, na verdade, já teria provado a tese da aprioridade em A20/B34, ao diferenciar a matéria da *forma* do fenômeno e “mostrar” que a última só pode ser dada *a priori*. Em resposta, devo dizer que no contexto da passagem Kant introduz *definições*, a partir das quais se deve operar daí em diante. Mas definições não são *demonstrações*. A formulação de Kant parece sugerir um argumento, após a frase “...nenne ich die Form der Erscheinung”. Com efeito, a construção: “[D]a das, worinnen sich die Empfindungen allein ordnen...so...die Form derselben muss zu ihnen insgesamt im Gemüte a priori bereithliegen...”, sugere uma dedução lógica. Porém, não apenas Kant está oferecendo definições que ninguém é obrigado a aceitar, notadamente um newtoniano ou um leibniziano, mas a alegação é praticamente uma *petitio* (cf. Vaihinger, II, 71): não é evidente que aquilo que organiza a “matéria” seja “forma”, nem que esta seja a priori. Ambas as coisas requerem uma demonstração.

16 Kant (1976: A23-4/B38-9 e A30-1/B46).

experiência de qualquer coisa; 2) espaço e tempo são representações necessárias a priori, uma vez que podemos representá-los vazios de qualquer coisa mas não podemos representar qualquer coisa que não exista no espaço e no tempo.

O primeiro passo (1) não pode valer como um argumento por si só, pois a razão que apresenta constitui precisamente *o que devia provar*: que não é um conceito empírico, mas uma representação que precede as experiências (i.e. a priori). Não basta dizer que não é um conceito empírico *porque* é uma representação a priori. Do fato de ser preciso pressupor espaço e tempo para ter experiência de coisas não se segue necessariamente que eles sejam a priori no sentido kantiano. Segue-se apenas sua *prioridade empírica*. Como ainda não foram provadas nem a TIT, nem a TNET, nem a TI, nada impede considerar a possibilidade de que a experiência que se faz das coisas as evidencie sendo espaço-temporais em si¹⁷. Isso bastaria para explicar o porquê de ter que pressupor espaço e tempo *sem* ter que admitir a tese de Kant: visto que as coisas estão no espaço e duram ou variam no tempo, não é possível fazer quaisquer experiências das mesmas sem pressupor espaço e tempo em alguma medida. Isso significa que o passo (1) não é suficiente para provar a TA, razão pela qual, antes de ser considerado como uma petição ou como um argumento insuficiente, pode ser encarado como o mero enunciado da TA a ser provado em (2). Neste sentido, o “argumento” da aprioridade (TA) poderia ser formulado assim: a experiência só é possível sob condição da suposição do espaço e do tempo (1), *uma vez que se trata de representações necessárias a priori* (2). Resta saber se (2) pode alegar algo conclusivo em favor da TA, a saber, se oferece uma razão para que essa necessidade seja de caráter apodítico, i.e., *pura a priori*. A razão oferecida por Kant consiste em alegar que *se espaço e tempo não fossem representações necessárias a priori, então poderíamos imaginar objetos que não ocupassem espaço e não fossem submetidos ao devir do tempo do mesmo modo como podemos imaginar o espaço e o tempo vazios de objetos*. Com isto tem-se agora muito mais do que o enunciado da tese; tem-se um argumento. A questão é saber se funciona, porque o ponto alegado continua sendo o mes-

mo prefigurado em (1), qual seja, a pretensa “anterioridade” das representações sobre os objetos. Mas, será que basta alegar a impossibilidade de (seres racionais finitos) representarmos qualquer objeto fora do espaço e do tempo — ao mesmo tempo que podemos nos representar o espaço e o tempo sem objetos —, portanto a necessidade subjetiva de *nos* representarmos o espaço e o tempo “antes” dos objetos, para demonstrar que estes são “representações necessárias a priori”?

Para responder à questão é preciso distinguir primeiramente as condições da definição de uma representação “necessária a priori” (pura a priori) das condições da demonstração da mesma. Uma representação só será “necessária a priori” se, no mínimo¹⁸, for: a) pura; b) universal; c) formal. Para *provar* que uma representação é “necessária a priori”, porém, é preciso provar (no mínimo¹⁹): a) que ela é pura; b) que ela é universal; c) que ela é formal. Isto significa que para provar a TA é preciso que a razão oferecida em (2) dê conta de pelo menos estas três condições. Isto é, que a razão oferecida em (2) implique necessariamente a satisfação das condições a), b), e c). Mas parece que isto é impossível. De fato, da “necessidade” de nós, seres racionais finitos, “termos que pressupor” o espaço e o tempo, a qual se tornaria patente na “possibilidade de representarmos” espaço e tempo vazios de objetos e “na impossibilidade de representarmos” objetos que não sejam espaço-temporais, segue-se unicamente que certos seres temos uma necessidade empírica e subjetiva de experimentar as coisas “de antemão” no espaço e no tempo. Isso não implica necessariamente que espaço e tempo sejam representações formais, puras

17 Sigo aqui a estratégia adotada num outro trabalho (Bonaccini, 1999-2000) que apresenta uma versão melhorada do argumento apresentado antes (Bonaccini, 1997b). De resto, um defensor da “neglected alternative” num sentido forte poderia ainda retrucar que nem a TI, nem a TNET, nem a TIT são suficientes para eliminar a possibilidade de coisas em si espaço-temporais.

18 Para o presente escopo não é preciso elencar todas exaustivamente, pois mesmo que se esquecesse alguma, bastaria que alguma destas três condições mínimas não fosse preenchida para que Kant não provasse a TA.

19 No caso em questão, ainda teria que ser provado que se trata mesmo de uma representação (face aos defensores da tese do espaço absoluto).

e universais. Prova de que essa “necessidade” não implica *forçosamente* nenhuma dessas condições mínimas, somente sob as quais podemos dizer que X e Y (i.e. “espaço” e “tempo”) são Z (i.e. “representações necessárias a priori”), é a possibilidade de voltar contra Kant o seu próprio argumento: pode-se dizer coerentemente que se as coisas em si fossem espaço-temporais ou se o espaço e o tempo fossem entes reais neles mesmos *também* teríamos que pressupor o espaço e o tempo de antemão para fazer a experiência de qualquer coisa e não poderíamos nos representar nada fora do espaço e do tempo, ainda que pudéssemos *mediante abstração* imaginar um espaço e um tempo em geral vazios. O que acarreta necessariamente que (2) não pode provar a TA por não implicar necessariamente a), b), c). Pelo menos fica evidenciado que a condição a) não foi satisfeita porque o argumento serve apenas para atestar a prioridade das representações em questão, não sua aprioridade. Donde se segue, em última instância, que Kant apresenta *outra* alternativa, mas *não prova* contra Leibniz e Newton que a sua é a melhor²⁰. Isto se deve a que o princípio que deveria fundamentar a tese da aprioridade (de cujo sucesso depende a validade da TIT, da TNET, e da TI) não pode desempenhar sua função com êxito.

20 Com esta formulação está apresentada a estratégia de resposta à objeção (b) do Prof. Allison, mencionada na nota acima. Com relação às outras duas, a objeção (a) não é justa, porque o primeiro argumento foi discutido em 1998, ainda que brevemente, mostrando-se sua dependência com relação ao segundo, e sua insuficiência por si só para provar o que Kant precisa nesse passo. Quanto à objeção (c), ela seria justa, caso não se tivesse mostrado com boas razões que Kant só pode provar que espaço e tempo são “condições epistêmicas”, para usar uma expressão cara a Allison (1983: 10), se e somente se for provada a TIT. Mas visto que esta tese depende logicamente da TA, que é precisamente a que possui um fundamento de prova insuficiente, percebe-se que a objeção (c) ignora o *punctum quaestionis*.

Referências

- ALLISON, H. E. (1983) Kant's Transcendental Idealism. *An Interpretation and Defense*. New Haven/London: Yale University Press.
- BAUM, M. (1991) “Dinge an sich und Raum bei Kant”, in: Akten des 7. Internationalen Kant-Kongresses (Kürfürstliches Schloss zu Mainz, 1990, Hrsg. von G. Funke, Bonn: Bouvier, 1991), Sektion B/II.1, pp. 63-72.
- BONACCINI, J. A. (1997) O conceito de coisa em si no idealismo alemão. Tese de Doutorado em Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- . (1998) “Concerning the Relationship Between Non-Spatiotemporality and Unknowability of Things in Themselves in Kant's *Critique of Pure Reason*”, trabalho apresentado no II Congresso Kant Brasileiro (Itaitiaia, RJ, 7 a 11 de dezembro de 1997) e no *Twentieth World Congress of Philosophy* (Boston: MA, USA, August 10th-16th, 1998), publicado *On Line* nas atas deste último congresso (<http://www.bu.edu/wcp/Papers/ModeBona.htm>).
- . (2000), “A Short Account of the Problem of the Apriority of Space and Time”, in: Akten des 9. Internationalen Kant-Kongresses, Berlin, W. de Gruyter, 2000 (no prelo).
- BROAD, C.D. (1981), “Leibniz Last Controversy with the Newtonians”, in: R. S. Woolhouse (Ed.) (1981), *Leibniz: Metaphysics and Philosophy of Science*, New York: Oxford University Press, pp. 157-74.
- BUROKER, J.V. (1991) “The Role of Incongruent Counterparts in Kant's Transcendental Idealism”, In: J. Van Cleve & R. E. Frederick (Editors) *The Philosophy of Right and Left. Incongruent Counterparts and the Nature of Space*. Dordrecht: Kluwer Ac. Publ., pp. 315-339 (agradeço esta valiosa referência bibliográfica à solicitude de um colega da UFRGS, o Sr. Rogério Passos Severo).
- . (1981) Space and Incongruence. *The Origins of Kant's Transcendental Idealism*. Dordrecht: Reidel.
- FALKENSTEIN, L. (1989) “Kant's Argument for the Non-spatiotemporality of Things in Themselves”, in: *Kant-Studien* 80, pp. 265-83.
- FRANGIOTTI, M.A. (1994) “The Ideality of Time”, In: *Manuscrito*, a. XII, v. 2, pp. 135-58.
- GUYER, P. (1987) *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KANT, I. (1976) *Kritik der reinen Vernunft*. Nach der ersten und zweiten Original-Ausgabe neu herausgegeben von Raymond Schmidt. Hamburg: F. Meiner. 1930/Durchgesehener Nachdruck von 1976.
- . (1982) *Werkausgabe in zwölf Bänden*. 3. Auflage. Hrsg. von W. Weischedel. Frankfurt a/M: Suhrkamp.
- LEIBNIZ, G.W. von. (1979) *Correspondência com Clarke*. Tradução e Notas de C. Lopes de Mattos. São Paulo: Abril/Col. “Os Pensadores”,

pp. 167-232.

- MEERBOTE, R. (1974) "The Unknowability of Things in Themselves", In: L. W. Beck (Editor) *Kant's Theory of Knowledge*. Dordrecht: Reidel, pp 166-174.
- NEWTON, I. (1966) *Mathematical Principles of Natural Philosophy and his Sistem of the World*. Translated by Florian Cajori. Berkeley: University of California Press. (2 Vol.).
- (1979) *Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*. Trad. (incompleta) de C. Lopes de Mattos e P. R. Mariconda, in: LEIBNIZ, G.W. von (1979), pp. 1-22.

- PATON, H. J. (1951) *Kant's Metaphisic of Experience: A Commentary of the First Half of the Kritik der reinen Vernunft*. N. York: Macmillan. 2a. Ed. (2 Vol.).
- PRAUSS, G. (1989) *Kant und das Problem der Dinge an sich*. 3. Aufl. Bonn: Bouvier.
- ROGERSON, K. (1993) "Kantian Ontology", In: *Kant-Studien* 84, pp. 3-24.
- STRAWSON, P. H. (1966) *The Bounds of Sense. An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen & Co.
- VAIHINGER, H. (1922) *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. 2. Auflage. Stuttgart: Union Deutsche Verlagsgesellschaft (2 Vol.).

Resumo

O presente trabalho tem por alvo, em primeiro lugar, demonstrar que existe uma relação lógica e epistemológica essencial entre as teses kantianas da incognoscibilidade, da não-espácio-temporalidade e da idealidade transcendental do espaço e do tempo na Estética Transcendental da Crítica da razão pura. Em segundo lugar, sustenta que as três teses em questão dependem lógica e epistemicamente do sucesso da exposição metafísica do espaço e do tempo. Em terceiro, que o nervo do argumento na exposição metafísica reside na chamada tese da aprioridade do espaço e do tempo. Por fim, os textos em questão são analisados para demonstrar que o argumento de Kant é insuficiente para provar a tese da aprioridade frente a newtonianos e leibnizianos.

Abstract

In the present paper is defended first the thesis there exist a logical and epistemic relationship among the Unknowability, the Non-spatiotemporality and the Transcendental Ideality Theses in the Transcendental Aesthetic of the *Critique of Pure Reason*. It is argued then, on the one hand, that all of them depend epistemically and logically on the success of the metaphysical expositions of space and time, and on the other that the strenght of the whole argument in the metaphysical expositions is grounded on the Apriority Thesis. Finally, the texts of the metaphysical expositions of space and time are analyzed and is maintained that the argument for the Apriority Thesis could not prove what Kant needs to in order to prove that his thesis is better than the Newtonian and the Leibnizian ones.